



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 130550/2022**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 11/2022**

**1. OBJETO**

Esta inexigibilidade de licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada em Contabilidade Pública, conforme projeto básico constante no processo administrativo nº 130550/2022.

**2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Para custear as despesas decorrentes da presente inexigibilidade de licitação, serão usadas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária do exercício de 2022.

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – 2042

3390.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ

**3. RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Espumoso, decorrentes do exercício financeiro de 2022.

Pela contratação dos serviços, o município pagará o valor mensal de R\$ 6.252,24 (seis mil duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos), mediante apresentação de Nota Fiscal.

**4. JUSTIFICATIVA**

O art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, impôs como regra a obrigatoriedade de licitar.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**"Sentinela do Progresso."**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

Para regulamentar o art. 37, inciso XXI, da CF, foi criada a Lei Federal nº 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

Nos termos do art. 3º da citada Lei, licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e, nos termos do art. 2º, licitar é a regra.

Porém, como toda regra possui sua exceção, a referida Lei Federal também estabelece diferenciações e hipóteses em que a licitação será dispensada, dispensável ou inexigível.

Sendo assim, o art. 25 da Lei nº 8.666/93, dispõe sobre a possibilidade de inexigibilidade de licitação, ou seja, quando houver inviabilidade de competição.

Em regra exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.

Art.25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano

“Sentinela do Progresso.”





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Desta feita, vale salientar que, a presente contratação se encaixa na hipótese legal descrita no art. 25 da Lei 8.666/93, acima transcrito, sendo que a empresa fora escolhida pelo município, no exercício do poder discricionário que legalmente lhe cabe, atendendo as exigências dos referidos dispositivos legais.

Ressalta-se a impossibilidade de competição comercial neste ramo, haja vista o reconhecimento público e notório da atividade renomada desenvolvida pela referida empresa, GMGH SOLUÇÕES CONTÁBEIS LTDA, no que se refere a prestação de serviço técnico especializado, conforme Lei Federal Nº 14.039/2020.

Assim, observado o interesse da municipalidade na contratação de empresa, com a finalidade de prestação de serviços de contabilidade pública, e comprovada a possibilidade da contratação baseada na inexigibilidade da licitação, conforme previsão expressa no art. 25 da Lei nº 8.666/93, já que, o objeto está incluído nas contratações passíveis de inexigibilidade de licitação.

Deste modo, comprovada a singularidade dos serviços a serem contratados, especialmente se observadas às qualidades e a consagração pública da empresa em questão, nos termos da Lei Federal Nº 14.039/2020, confirma-se sua notoriedade e exclusividade, para o fornecimento destes serviços, condição ímpar para configuração da inexigibilidade de licitação, conforme ampla documentação inclusa.

Ademais, a presente contratação justifica-se pela emergencialidade, caracterizada pelo afastamento da única Contadora Municipal, pelo período de 30 dias, de acordo com o projeto básico anexo.

No mesmo norte, vale dizer que a comprovação da prestação dos serviços se dará mediante nota fiscal da empresa, comprovando sua adequação à legislação contábil e financeira, bem como, haverá o atestado de recebimento dos serviços prestados à municipalidade por meio de funcionário competente.

Por derradeiro, busca-se dar cumprimento as necessidades da administração, subsidiando as tomadas de decisões no campo fiscal e do processo de planejamento.

No mais, deverão ser observados os critérios de preços, os quais devem estar ajustados ao mercado.

Espumoso, RS, 08 de março de 2022.

DOUGLAS FONTANA  
Prefeito

“Sentinela do Progresso.”